

Vernaculidade. Ontem e hoje

A «modéstia» de uma jornalista frustrou, há tempos, um debate que prometia algum interesse: o das virtudes e malefícios da vernaculidade.

Resumidamente, o episódio. Numa recensão de *Razões de coração*, romance recente de Álvaro Guerra, Fátima Maldonado vê no livro um encaixar de pastiches de Oitocentos (sobretudo de Camilo), concluindo: «Assim se perdem várias ideias boas trocadas pelo gáudio perverso de escrever em vernáculo» (Maldonado, 1991). Guerra, num gesto inabitual em autores recenseados, responde por carta à redacção, aí prometendo utilizar «uma vez mais a boa escrita que me apraz cultivar, recuperando algum vocabulário sólido pouco utilizado por muitos dos reputados escribas contemporâneos». Tal «recuperação do vocabulário oitocentista», afirma, só poderá incomodar a quem preza, em literatura, «os modismos ditados por uns grupelhos de má-língua e caprichos que pouco se ralam com a qualidade, renovação e diversidade da escrita» (Maldonado, 1991a).

Estava-se, não há que duvidar, no coração de várias questões importantes. Fátima Maldonado tinha à mão um interlocutor interessante e um tema com futuro. A resposta da jornalista é uma retirada: «Álvaro Guerra lá vai desempenhando o seu papel de autor convencido. Eu, apenas jornalista, vou cumprindo modestamente o meu». Assim se perdem as boas ocasiões.

Se há na literatura um domínio que mereça reunir atenções, ele é o da **língua literária**. Qualquer outro estudo — seja o das relações da literatura com o real, ou o da representação do indivíduo na obra literária, ou o das influências entre literatura e mentalidade —, qualquer deles é devedor, em grau elevado, a ciências exteriores ao texto escrito. Interno ao texto é apenas o estudo da sua linguagem.

Fernando Venâncio é professor de Língua e Cultura Portuguesa na Universidade de Amsterdão. Cronista e autor de diversos trabalhos sobre temas linguísticos, está a preparar uma dissertação de doutoramento sobre a língua literária portuguesa.

A esta última noção, importa reconhecer-lhe uma acepção lata. Assim, a linguagem do texto literário não se reduz, nem de longe, ao léxico. Nesse sentido, é notável quanto divergem a visão de Maldonado, que faz finca-pé no boleio vernáculo da frase de Guerra, e a deste, atido como está à recuperação de «um vocabulário». É um desajeitado diálogo, onde, ainda assim, Fátima Maldonado é, de começo, o melhor ouvinte.

Uma vernaculidade de hoje

A língua escrita não é, nos nossos dias, objecto de atenção sistemática. Sem dúvida: a maioria dos textos que hoje se produzem demonstra algum gosto ou, pelo menos, um mínimo de tacto. Mas essa linguagem, essas formas de expressão, raramente recebem comentário. Isto pode, é certo, estimular a busca de formas novas, ao não sopesá-las obsessivamente. Mas não é menos verdade que uma ausência de meios de aferição pode, ela própria, desalentar as buscas.

Como dar a ver o que seja, em termos de hoje, um texto autenticamente conseguido? Tentemos uma caracterização, com recurso a um exemplo. Seja esta anotação do *Diário XIII* de Miguel Torga, a 10 de Maio de 1982.

Sem dúvida que lutei sempre contra a opressão, que a contestei de todas as maneiras que pude, e que nunca será justo falar de certos autores deste tempo sem aludir à sua acção resistente. Mas, reduzi-los a isso, é uma homenagem absurda aos tiranos. É, no fundo, render-lhes um preito que não estava no espírito de nenhum dos rebeldes. Muito pelo contrário. Todos sabiam até que ponto, para sobreviver, a imagem dos déspotas necessita do seu próprio contraste e que, portanto, referi-los, ou mesmo subentendê-los, é já um serviço à sua memória. No meu caso particular, de tal modo lhes quero apagado o perfil que, quando um poeta lírico me faz esquecer a sua existência, é que dou graças a Deus por haver poetas.

Se bem a compreendemos, a vernaculidade caracteriza-se pela **robustez sintáctica** e pela **propriedade vocabular**. Trata-se de duas, digamos, coordenadas, de que importa tirar o melhor partido. Este aliará sempre um máximo de transparência a um máximo de solidez.

Que acontece no texto de Torga? Nele se observa uma cerrada progressão do pensamento, por sobre uma sintaxe consistente e límpida. Esta começa por assentar nalguns pilares destacados: «Sem dúvida que», «Mas», «no fundo», «Muito pelo contrário». Vem, em seguida, a severa sequência «(...) que, **por-**

tanto referi-los, **ou mesmo** subentendê-los, é **já** um serviço (...). E é duma não menos sapiente coesão que a ironia do período final tira relevo.

E o léxico? Quase não se afasta, ele, de uma linguagem cuidada, mas comum. E quando acede a níveis cultos, é com a cobertura da redundância: «preito» só surge depois de «homenagem», «déspotas» só depois de «tiranos». Podia servir de receita. É, em todo o caso, uma demonstração de elegância.

Há, assim, neste texto de Torga, uma arquitectura sintáctica e um teor lexical que resultam na maior propriedade e na maior transparência. Não existe um lugar de sombra, uma minúscula frouxidão. Mais ainda, e é isso que torna este trecho notável, e exemplar: do princípio ao fim, há, sistemático, um cuidado em aumentar o interesse da leitura. Repare-se, é um exemplo, num hábil contraste dos tempos verbais («lutei», «nunca será»; «sabiam», «necessita»), estratagema chão e proveitoso, também comum na prosa de Saramago. Com esse e outros estímulos, camuflados e sobretudo simples, a curva do interesse sobe, sem uma quebra, até à dádiva final da ironia.

Uma duvidosa riqueza

«Escrever bem», poderia concluir-se, pede a exploração — exigente, equilibrada e inventiva — de meios singelos de sintaxe e de vocabulário.

A «riqueza» lexical não passa, possivelmente, duma falácia. E o facto é que a obsessão num léxico opulento é, quase sempre, má conselheira. É ela que torna fastidioso o vernaculismo de Tomás de Figueiredo, é ela a ratoeira em que quase se perde Aquilino. Salva-o, a este, o humor — aquilo que, em última instância, salva também sempre a literatura.

Uma «recuperação» do léxico esquecido é, pois, empresa de duvidosa vantagem. Não se recupera o que é ininteligível, não se subtrai ao esquecimento o que só à custa de dicionário se aprecia. Neste terreno, tudo o que poderá conseguir-se é, ao cultivar alguns termos mais frágeis, adiar para eles o dia do extermínio.

A «recuperação» sintáctica, também ela se transforma rapidamente em armadilha. Vejamos um exemplo venerando e claro.

Numa «Introdução» a uma recolha de poemas hoje esquecida (*Harmónias da natureza*, de J. S. da Silva Ferraz), Camilo Castelo Branco compõe esta primeira frase: «Darei a minha opinião sobre esse livro, que o leitor vai chamar ao tribunal da sua». Uma primeira leitura será, frequentemente, improfícua. O êxito dela depende, com efeito, do sucesso duma operação

arriscada: o reconhecimento imediato de «opinião» como antecedente do pronome final «sua». Estamos em 1852, Camilo sente ainda a necessidade de requintada estilização sintáctica.

Anos antes, António Feliciano de Castilho vivera, também ele, um período de agudo vernaculismo sintáctico. Sirva para exemplificá-lo uma passagem do prólogo à tradução do poema francês «Amélia», de 1836. O ensaísta defende que o mal que foi causado ao idioma por deficientes traduções do francês pode ser compensado por boas traduções do latim. É que o efeito corruptor do francês é tão óbvio como o efeito benéfico do latim. Isto, exprime-o Castilho do seguinte modo:

Direi que, porquanto foram traduções as que já nos arruinaram, a traduções cabe reparar o destruído. E certo que o mal que nos as francesas por sua natureza não fizeram, o podem pela sua mui bem vingar as latinas.

É um texto praticamente ilegível. Castilho realiza aí o programa que propôs: aproximar a sintaxe portuguesa da latina e afastá-la da francesa. Na sua perspectiva, conseguir uma coisa era conseguir a outra. Assim, a ductibilidade da sintaxe latina deveria constituir antídoto à suposta fixidez da francesa. Que isso reduzisse a transparência da frase portuguesa não parecia, nesse momento, preocupar grandemente o autor.

O empenho de Castilho e de Camilo em enriquecer a sintaxe do idioma levou-os (felizmente, a estes dois, de modo transitório) àquele exagero. Não faltaram os contemporâneos a ver aí altos conseguimentos, e os próprios reticentes eram cautelosos. O cultivo da vernaculidade, como toda a «performance», impõe sempre algum respeito. As reservas que se fizeram, sobretudo a Camilo, tinham por quase único objecto a ressurreição de arcaísmos, nem sempre considerada feliz. Vê-lo-emos adiante.

A língua na ordem do dia

A meados de Oitocentos, a vernaculidade e temas afins estavam na ordem do dia. Não faltavam, é certo, as intervenções picuinhas, os snobismos e o excesso de zelo. Mas a atitude generalizada era a de uma exigência de qualidade.

Vivia-se, então, uma época privilegiada. As confrontações políticas haviam tornado normais as discussões de ideias. A imprensa era livre e, mais, tinha descoberto a sua vocação de terreno para o debate de opiniões.

António Pedro Lopes de Mendonça, jovem crítico e o mais famoso colunista do seu tempo, escrevia em 1846, no jornal *A Revolução de Setembro*: «A mocidade prepara-se para uma grande luta, luta gloriosa, em que o conflito das doutrinas se deve afastar da discussão das pessoas. E é deste modo que entendemos a liberdade do pensamento, a tolerância das opiniões».

(Um século e meio mais tarde, a «grande luta» talvez esteja ainda longe de ter chegado ao fim. No dizer de Luís Filipe Barreto, «Em Portugal, a quase ausência de uma tradição cultural de pluralidade, de controvérsia e de tolerância faz com que todo e qualquer debate de ideias e de ideais seja interpretado como um conflito pessoal, um problema de bom ou de mau feitio (...)» (Barreto, 1991)).

Noutra crónica, Lopes de Mendonça indicava como primeira tarefa do jornalismo cultural «acostumar o povo à leitura, e corrigi-lo dos seus defeitos, sem que o pressinta», «criar-lhe o gosto de ler e de pensar». Pode parecer-nos, hoje, desígnio vagamente paternalista. Nesse tempo, dava sentido a uma vida.

Daí a atenção que a imprensa mais consciente, querendo-se exemplo, prestava à expressão verbal. Nessa exigência, marchava à frente *O Panorama*, a melhor revista da época, fundada por Alexandre Herculano em 1837. Escrevia ele aí, em 1842: «Sempre foi necessário, e ainda mais o é hoje que o tacto literário está mui apurado, escrever não só correcta mas elegantemente».

Era, com efeito, como afirmava Lopes de Mendonça em 1846, «um jornal para estudar a língua». Nesse mesmo ano, Rebelo da Silva, um dos sucessores de Herculano, consideraria *O Panorama* «bom e legitimamente português, na direcção, no carácter, na linguagem». Mais tarde ainda, haveria de chamar-lhe, a esse «admirável instrumento de iniciação intelectual», um aperfeiçoador do idioma.

Eram tempos de «ressurreição literária», como então se dizia. A produção escrita aumentara de modo espectacular. Não eram a isso alheias as oportunidades que a imprensa oferecia aos autores, sobretudo jovens. Nisto dava exemplo o segundo mais conceituado periódico cultural, a *Revista Universal Lisbonense*, fundada por António Feliciano de Castilho em 1841. Também este periódico se esmerava. Ao deixar a direcção, podia Castilho escrever: «A linguagem (...) diligenciámos que fosse pura nas palavras, frases e contextura delas».

Escrever bem

Exigir, criticar era, pois, de regra. E começava-se, o mais das vezes, pelo exterior: a forma escrita.

Em tal contexto, a escrita que por livros e periódicos se fazia era seguida com mil olhos. Toda a escrita era, efectivamente, «literária». «Literárias» se chamou então a publicações que hoje diríamos «culturais». Facto não menos curioso: o conceito de «língua literária» é estranho à época. Ele só aparece tardiamente, por volta de 1870. Em meados do século, teria funcionado como pleonasma. Com efeito, toda a língua que fosse objecto de algum cuidado transformava-se, por isso mesmo, em «literária».

Escrever só se concebia, assim, como **escrever bem**. Gabriel de Sousa Coutinho, clérigo de Braga, di-lo incisivamente, em 1857: «Ninguém é obrigado a escrever, mas, por isso mesmo, quando qualquer o faça, deve pôr todo o cuidado em escrever com perfeição». Porque, assim raciocina ele, se as línguas atingiram, graças a esforços continuados por séculos, um «estado de perfeição» (e a portuguesa é «uma das mais perfeitas e acabadas»), é dever de quem as utiliza fazê-lo ao mais elevado nível. O autor lamenta, pois, a ausência de um «método de escrever bem». Em princípios de 1866, Castilho sugerirá, instantemente, em cartas de Camilo, que este escreva um.

Critério primeiro da boa escrita é considerada a propriedade dos termos. Por ela se afere «o verdadeiro talento de bem falar e escrever», afirma um anónimo na *Crónica Literária* de Coimbra, em 1840. E acrescenta: «É uma estranha e desarrazoada empresa escrever em linguagem que os nossos concidadãos não entendem com facilidade ou não entendem de todo». Há quem suponha a propriedade decorrente da regulamentação feita, duma vez por todas, pelos clássicos da língua. Um termo significaria, assim, o que um clássico um dia o fez significar. É uma concepção estática, que nem todos partilham. Heliodoro Rivara, publicista de Évora, acredita na subordinação da propriedade a uma actividade criadora. Diz ele, num estudo de 1842: «O escritor imaginoso, fecundo, conhecedor dos segredos da sua linguagem, dispõe desta a seu bel-prazer; as palavras que em outra boca pareceriam impróprias saem da sua com a força ou com a graça conveniente».

A exigência de escrever bem tudo quanto se escreve visa particularmente as obras de estudo. Com efeito, são elas, muitas vezes, as únicas que o adolescente lê.

Gabriel Coutinho, para a ele voltarmos, é sucinto: «Todo o livro deve ser escrito em boa linguagem». Por isso, o minorista dedica um estudo de duas centenas de páginas a uma «Análise crítica» de dois compêndios de Filosofia

adoptados no liceu de Braga. Ele não está só. Caetano Teixeira Coelho, autor dum longo e árido «Lance de olhos sobre a língua», de 1861, louva um jurista, Coelho da Rocha, como «patriarca e molde dos compêndios», pela linguagem empregada. E Antero, em artigo de 1873 em que comenta a *Teoria do Socialismo* de Oliveira Martins, aconselha-o a «arejar» um pouco o estilo nas suas exposições de princípios, visto que «o estilo nas obras não literárias, e até nas de ciência pura, não deve ser considerado como coisa acessória e secundária».

A perplexidade de Castilho

O mais marcante exemplo de intervenção crítica no terreno da língua literária dá-o António Feliciano de Castilho. Em prefácios, ensaios, artigos avulsos (frequentemente na sua *Revista Universal*), insiste na necessidade de cuidar a expressão. Orientar outros nesse domínio constituirá, para ele, uma missão para a vida inteira. E se uma certa superficialidade ou um menos desperto discernimento o levaram, por vezes, a apontar excelências em obras insensatas, quase sempre Castilho se haveria de mostrar um leitor atento, desembaraçado e criterioso.

Na sua doutrinação, uma vez feita a exposição algo patética dos gravames, sempre Castilho passa à proposição de medidas, umas mais realistas que outras, mas invariavelmente claras. Ora aponta a necessidade de reeditar livros antigos ainda julgados prestadios, ora incentiva à publicação de um dicionário de qualidade, ao investimento em obras teatrais, ou, como já vimos, à tradução cuidada de autores romanos. Exceptuada a actividade lexicográfica, que nunca o aliciou suficientemente, Castilho pôs em execução, em quarenta anos de actividade crítica, os programas que alvitrou.

Mas a época era fraca em definições. Mesmo para uma noção tão central como a de «vernaculidade», o poder de intuição ainda era de muita valia. Tanto que, no fim da vida, Castilho dá conta, a esse respeito, de bastante perplexidade. Numa carta de 1868 ao irmão José, há muito fixado no Brasil, escrevia:

Isto de vernaculidade é uma coisa muito vaga, muito subtil e muito complexa; e, de mais a mais, essencialmente cambiante. (...) Regras fixas e invariáveis para uma coisa de seu natural progressiva e incalculável, (...) decerto que as não pode haver, salvo a meia dúzia de princípios de rigorosa gramática; por outra: de bom senso universal. No demais, o tempo transforma de contínuo o bom em mau e o mau em bom.

Seria lógico que, alcançada essa visão de uma radical relatividade, Castilho advogasse uma prática dinâmica, liberta de qualquer estorvo. Mas, como fará sempre, o ensaísta recua perante o vazio. Referências salvadoras, continuarão a sê-las o passado e um certo sentido telúrico. «Ser vernáculo», diz ainda na carta ao irmão, «é (se não me engano) expressarmo-nos do modo que mais se aconchegue com a consciência e ciência da nossa gente, com o jeito que mais e melhor recorde, sem violentas afectações, o falar dos nossos maiores. (...) Conquanto se não possa descrever à justa o que é a vernaculidade, sente-se todavia que ela existe, que tem o dom de comprazer».

Perto dos 70 anos, após três decénios de labor doutrinário, Castilho experimenta, pois, alguma confusão na manejo da noção de vernaculidade. E não nos enganemos sobre o estatuto dessa correspondência, em princípio, particular. Nada do que o doutrinador afirmasse era arbitrário, sobretudo em relações com o irmão José, capaz, como este era, de se apropriar de quanto António escrevesse.

Pela mesma época, em carta a Júlio Dinis, pedirá Castilho que o romanista se esforce por «se aconchegar cada vez mais com a vernaculidade desta nossa tão bem dotada língua e que, por isso mesmo, tanto merece ter em V. Exa. um seu futuro clássico dos maiores quilates». Por outras palavras: a sobrevivência literária de Júlio Dinis dependerá da sua conformação a feições comprovadas. Ora, só se sobrevive quando se produz algo de radicalmente novo. Isso também Castilho o sabe. O que ele não sabe, ou não lhe convém esclarecer, é em que consiste uma contribuição nova. Defini-lo exigiria algum à-vontade com conceitos **dinâmicos**. Não é esse o seu forte, como também não é o forte da sua época.

A ressurreição vocabular

Vimos a que excessos a recuperação sintáctica podia inspirar autores como Camilo ou Castilho. Também a ânsia, particularmente de Camilo, de recuperar vocabulário arcaizante, ou mesmo desusado, fez diminuir, bastantes vezes, o sentido das proporções. E os contemporâneos estavam atentos.

Esclarecedor exemplo nos é dado por Manuel Pinheiro Chagas, no estudo «Poetas e prosadores», que publicou no *Panorama* em 1868. Louva ele em Camilo o portuguêsismo da frase, mas lamenta o exagero que o «pintor» põe nas tintas em que desejava «colocar os cambiantes mais suaves e o colorido mais fino». E transcreve um passo de *A Bruxa de Monte Córdova*, que contém o retrato da protagonista. Leia-se-o, mais o comentário que Chagas faz.

Alta, reforçada, nálgas e espáduas boleadas, breve cintura separando os tumentes seios das ancas maciças e rotundas, cabelos em ondas lustrosas de azeviche, as sobrançelhas cerradas e indistintas, olhos pestanudos e piscos, dentes de imaculado esmalte, o beijo superior orlado de um debrum penugento, e o inferior carnoso, cor de cravelina. A tez sobre o moreno, com sua zona rosada em cada face. A forma do rosto oblonga, testa escantuda, barba tirante a redonda e fendida a meio levemente no lóbulo.

Eu não sei se este debuxo dá a perceber os mais donairosos, engraçados e louções dezassete anos de rapariga do concelho de Cabeceiras de Basto.

E Chagas: «Dá talvez, mas é à quinta leitura, depois de se ter vencido a repugnância instintiva que nos inspiram os **debruns penugentos**, e de nos termos rodeado pelo menos de meia dúzia de dicionários».

Anos antes, num dos *Ensaíos críticos*, ainda Pinheiro Chagas se felicitava por a linguagem do escritor se vir desprendendo «de certas fezes arcaicas que a desfiguravam outrora». Houvera aí, pois, alguma precipitação.

Vamos assistir, nesse final da década de 60 e começos da seguinte, a um multiplicar de críticas às audácias lexicais de Camilo.

Em 1868, o jovem crítico José Simões Dias, exprimia claros receios. Escrevia ele, no periódico *A Folha*, a propósito dos mais recentes livros de Camilo: «O estilo cada vez é mais valente, o estudo social mais profundo. Se houvéssemos de fazer algum reparo, era a respeito do excesso de classicismo. Receamos, e com bons fundamentos, que o Sr. Camilo Castelo Branco, impellido pelo amor da vernaculidade, venha a cair no arcaísmo bisonho e naquela desafinada melopeia dos gongoristas».

Pela mesma altura, o crítico Luciano Cordeiro considera que as coisas se vêm efectivamente agravando. No seu primeiro *Livro de crítica*, lê-se: «O estilo de Camilo, geralmente fluente, agradável e humoristicamente conceituoso, apresenta nos últimos tempos entroviscosamentos amiudados pela imixão do arcaísmo». E no *Segundo livro de crítica* insiste, deplorando que surja «aqui e ali o arcaísmo a impor-se com pretensões de purismo severo».

Outro contemporâneo, Ricardo Guimarães, Visconde de Benalcanfor e amigo de Camilo, afirma que, não obstante «a riqueza imensa de locuções e de frases vernáculas» que se acha nos livros do romancista, preferiria Camilo «muito mais sóbrio». E acrescenta: «As frases são tão esmeradamente bruniadas, tão laboriosamente torneadas e os termos tão desusados, que o romance chega a esquecer-nos por momentos, para só nos lembrarmos dos arcaísmos e da afectação das palavras antiquadas».

E Camilo, ele próprio? Numa carta de 1871, a José Vieira de Castro, seu biógrafo agora encarcerado, faz-lhe observações sobre a impropriedade de

certos vocábulos, para ajuntar: «Olha que estes reparos são caturrices que já ninguém faz senão eu por amor a uma pieguice chamada vernaculidade que ainda há-de fazer que ninguém me leia».

A opinião dos técnicos

Já em 1835 o publicista coimbrão João Pedro Ribeiro afirmava, num memorandum sobre critérios a adoptar na confecção de um dicionário da língua, que «o uso actual da palavra basta para a autorizar». Era uma asserção ousada. Até então, os valores conferidos pelos quinhentistas e seiscentistas a um vocábulo eram decisivos. O nosso já citado Gabriel Coutinho dá, também ele, exemplo de destemor:

Palavras e frases há que, conquanto autorizadas pelos autores de melhor nome, caíram, como obsoletas, em completo desuso. Outras há que o uso, mestre supremo nestas matérias, introduziu duma maneira irrevogável, apesar de estranhas. (...) Opor-se à onnipotência do uso, consagrado por homens ilustrados, é uma pretensão ridícula e pedantesca.

Mas o elemento desusado, deverá ele obter nova oportunidade? Será a recuperação do vocabulário, como deseja hoje Álvaro Guerra, coisa que mereça diligência? O anónimo da *Crónica Literária* adopta uma posição matizada: sim às palavras antigas, mas com critério. Receberá de braços abertos aquelas que se revelem «expressivas, harmónicas, bem soantes, e talvez necessárias», mas repudia quantas forem «ásperas, grosseiras, cacofónicas ou indecentes».

Esta última preocupação tinha sentido. Com efeito, à época, o entusiasmo por tudo quanto fosse ou parecesse medieval, portanto autêntico, «nosso», levava a excessos generalizados. É conhecida a tirada de Almeida Garrett, nas *Viagens na minha terra*, sobre o modo como «nós hoje em dia fazemos a nossa literatura». Estava-se, então, em meados de 40. Indicada a receita habitual de efabulação e recorte das personagens, lembra Garrett: «Depois vai-se às crónicas, tiram-se uns poucos de nomes e de palavrões velhos; com os nomes crismam-se os figurões, com os palavrões **iluminam-se** (...)».

A questão de reintrodução de termos desusados ocupou numerosos autores na época. Alguns contemporizam, outros não se deixam entusiasmar. Entre estes, João Pedro Ribeiro: «O uso, que desprezou [esses vocábulos], mostra bem que eles eram desnecessários». E Garrett, na segunda edição do

seu poema *D. Branca*, limpa-o de «muitas voltas de arcaísmo forçado», em moda no tempo em que o compusera.

Para tratamento mais «técnico» do tema há que esperar o «Relatório» que a Academia das Ciências produz, em 1870, sobre a publicação dum Dicionário, e de que foi redactor Latino Coelho. Na opinião deste, tal obra deve incluir os vocábulos que permitam o estudo dos «antigos documentos da literatura nacional», mesmo quando excluídos hoje do «idioma vulgar ou literário». Um jovem (e rebelde) linguista, Adolfo Coelho, num estudo «Sobre língua portuguesa», considera, por essa altura, que há palavras, um dia dadas por antiquadas, que

estão ainda hoje em uso, o que prova ou que elas, desusadas na linguagem literária, permaneciam na boca do povo, que as transmitiu até uma época posterior, em que a linguagem literária de novo as adoptou (...); ou que alguns escritores as foram desenterrar nos antigos escritos e chamá-las de novo à vida.

Estes dois testemunhos parecem sugerir que os técnicos do idioma se iam orientando para opções revitalizadoras do léxico. Agiam, assim, em direcção oposta à dos críticos literários. Estes mediam — era seu ofício — as consequências de uma recuperação demasiado entusiástica dum vocabulário perdido.

Uma escrita conseguida

Preocupações com a **vernaculidade**, a **recuperação lexical**, a **propriedade**, o «**escrever bem**», não fazem hoje parte apreciável do quotidiano da língua. Se algum vigor elas mostram, é sob a forma de questões pontuais, a tratar em «consultórios linguísticos». Mantê-los, a estes, como têm feito Edite Estrela, Carmo Vaz e António Freire, é um serviço da maior valia — sobretudo quando, como no caso de Carmo Vaz, à paixão pelos temas se junta uma sábia capacidade de relativação.

Mas o definir de problemas de fundo e de correspondentes medidas (eficazes e, de preferência, discretas) não ocupa particularmente a nossa época. Algumas iniciativas, como o seminário, em 1989, sobre «A Língua Portuguesa e a Comunicação Social», sendo estimáveis, mais denunciam ainda a ausência da estrutura em que se apoiassem. Dificuldades como a do financiamento do projecto «Corpus de Referência do Português Contemporâ-

neo» do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa dão fé da mesma precaridade.

Um factor que leva, também ele, a uma diminuição do estímulo, já o apontámos, é a escassez de critérios explícitos para definir um «conseguinte» na escrita. A fim de que eles se desenvolvessem, e à semelhança do que há um século entre nós se fazia, convinha pôr mais frequentemente em realce aquilo que num texto parecesse merecer aplauso. Mas isso não dispensa alguma circunspecção. O seguinte caso de apreciação serve para ilustrá-lo.

Um trecho incharacterístico, exemplo acabado de desmazelo mental, é saudado como modelar. O trecho é este: «Na *Poética* Aristóteles caracteriza a diferença entre epopeia e tragédia dizendo que, ao contrário desta, aquela é narrativa, isto é, difere quanto ao modo de imitar as acções».

Assim se inicia uma «Introdução», da qual um recensista, Rui Rocha, (Rocha, 1991), afirma:

O que mais surpreende (...) é a qualidade, excelente, num texto bem escrito, num tecido de ideias seguras, bem articuladas. (...) Assim se introduz um ensaio sólido.

Observemos mais de perto o período citado, já que na nossa ensaística ocorrem, com alguma frequência, inabilidades como as que ele rematadamente ilustra.

O que Aristóteles seguramente não faz é caracterizar uma «diferença». Fá-lo-ia se a desse como adequada, ou improcedente, ou especiosa. O que temos no nosso texto é um anacoluto, um caso típico de hibridismo sintáctico (duas afirmações «imbricadas»), aqui, evidentemente, sem o álbi da oralidade ou da exploração estilística. O que o filósofo, supostamente, caracteriza é, pois, «epopeia» e «tragédia». Como o terá feito, não se no-lo diz. Ficamos a saber, e mesmo assim só à força de concentração, que a epopeia é «narrativa», e a tragédia não é. Narrativa? Será substantivo, será adjectivo? Pretendendo-se esclarecedor (com um «Isto é»), o que se segue completa a confusão. Nesse «difere quanto ao modo de imitar as acções», não deveria ler-se, antes, «diferem»? E que será «imitar» as acções? Reflecti-las, transpô-las? O termo pode ser tecnicamente adequado, mas claro não é.

Tentemos reconstituir o pensamento do autor recenseado. O texto seria, idealmente, este: «Na *Poética*, Aristóteles caracteriza 'epopeia' e 'tragédia', dizendo que, ao contrário desta, a epopeia é uma narrativa. Isto é, elas diferem no modo de reflectir as acções». Não é o sumo da excelência, mas percebe-se sem esforço de maior.

Criticar, louvar, são coisas que seria bom reaprendermos. Mas elas só têm sentido quando formos exigentes em toda a linha.

Uma referência de qualidade

A nossa linguagem actual ganhará em ser, como se fez há um século, o centro das atenções. A formulação de critérios explícitos de qualidade poderia ser útil. E, certamente, levaria a dispensar operações de fortalecimento, sintácticas ou vocabulares, 'por generosas que se apresentassem. Um comportamento linguístico exigente, equilibrado e inventivo poderá bastar.

As tentativas voluntariosas de influir sobre o idioma, quer pela reintrodução de termos obsoletos quer pela complexificação da sintaxe, tem reduzidas probabilidades de êxito. O exemplo de Oitocentos põe suficientemente em evidência a falibilidade das boas intenções. É pela exploração das actuais virtualidades do idioma que o enriquecimento deverá fazer-se. A vernaculidade, noção positiva quando entendida em termos «moderados», poderá ser, assim, posta ao alcance de todos. Isso baste como «política» incentivadora.

Os nossos dias conhecem uma curiosa qualificação para um texto conseguido: chamamo-lo «camiliano». É um texto transparente, sóbrio, acrescentado aqui e ali dum frugal atractivo. A designação poderá, em termos estritos, ser inadequada. Não importa. Ela é-nos valiosa, mesmo se Camilo nem sempre foi camiliano. Importante é que, com ela, dispomos de uma **referência de qualidade**, de um modelo «realista» e perceptível.

Referências bibliográficas (1835 - 1875)

- ANÓNIMO (1840) — «Desejos de um amigo da literatura portuguesa», in *Crónica Literária da Nova Academia Dramática*, Coimbra, vol. 1, pp. 253-259.
- BARRETO, Luís Filipe (1991) — «A condição da cultura portuguesa», in *O Jornal*, Lisboa, 3 de Maio.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1968) — «Carta a José Vieira de Castro [1871]», in *Correspondência epistolar*, 5.^a ed., Lisboa.
- CASTILHO, António Feliciano de (1836) — *A Noite do Castelo e Ciúmes do Bardo*, Lisboa.
- CASTILHO, António Feliciano de (1844-1845) — «Despedida», in *Revista Universal Lisbonense*, vol. 4, p. 587.
- CASTILHO, Júlio de (1929) — «Carta a José Feliciano de Castilho, Abril de 1868», in *Memórias de Castilho*, 2.^a ed., Coimbra, vol. III.
- CHAGAS, Manuel Pinheiro (1868) — *Ensaio Crítico*, Porto.
- CHAGAS, Manuel Pinheiro (1866) — «Poetas e prosadores», in *O Panorama*, vol. 18.
- COELHO, Caetano Teixeira (1861-1862) — «Um lance de olhos pela língua», in *Tira-Teimas* (semanário), Coimbra.
- COELHO, F. Adolfo (1871) — «Sobre a língua portuguesa», Domingos Vieira, in *Grande Dicionário Português ou Tesouro da língua portuguesa*, Porto, vol. 1.
- COELHO, J. M. Latino (1870) — *Relatório da Comissão encarregada... do Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa.
- CORDEIRO, Luciano (1869) — *Livro de crítica. Arte e literatura de hoje*, Porto.
- CORDEIRO, Luciano (1871) — *Segundo livro de crítica. Arte e literatura portuguesa de hoje*, Porto.
- COSTA, João da (1924) — «Carta a Camilo Castelo Branco, 10-1-1866», in *Castilho e Camilo*, Coimbra.
- COUTINHO, Gabriel de Moura (1857) — *Análise crítica sobre os vícios de linguagem que se encontram nas duas cadernetas de Filosofia adoptadas no Liceu de Braga*, Braga.

- DIAS, José Simões (1868) — «Ano literário de 1868», in *A Folha. Microcosmo literário*, Coimbra, 4, p. 25-27.
- DINIS, Júlio (1918) — «Carta a Júlio Dinis, 15-7-1868», in *Inéditos e Dispersos*, Lisboa.
- FALCÃO, A. M. de (1840) — «Considerações sobre a língua portuguesa e seu estudo», in *Crónica Literária da Nova Academia Dramática*, vol. 1.
- GARRETT, Almeida (1848) — «Prólogo», *Dona Branca*, 2ª ed., Lisboa.
- GARRETT, Almeida (1954) — *Viagens na Minha Terra* [1846], Lisboa, Sá da Costa.
- GUIMARÃES, Ricardo (1874) — *Fantasia e escritores contemporâneos*, Porto-Braga.
- HERCULANO, Alexandre (1842) — Recensão de Francisco José Freire, «Reflexões sobre a língua portuguesa», in *O Panorama*, vol. 6, p. 264.
- MALDONADO, Fátima (1991a) — «Música no coração», in *Expresso*, Lisboa, 9 de Novembro.
- MALDONADO, Fátima (1991b) — «Carta à redacção», in *Expresso*, Lisboa, 30 de Novembro.
- MENDONÇA, A. P. Lopes de (1846) — «O jornalismo literário», in *A Revolução de Setembro*, 13-8-1846, «Revista literária. O Panorama», *ib.*, 24-9-1846.
- QUENTAL, Antero de (1982) — «Teoria do socialismo, por J. P. de Oliveira Martins» [1873], in *Prosas sócio-políticas*, org. Joel Serrão, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- RIBEIRO, João Pedro (1835) — *Reflexões filológicas*, Coimbra.
- RIVARA, J. Heliodoro da Cunha (1842) — Prefácio e Notas, Francisco José Freire, in *Reflexões sobre a língua portuguesa*, Lisboa.
- ROCHA, Rui (1991) — «Verdades e estórias», in *Expresso*, Lisboa, 7 de Dezembro.
- SILVA, L. A. Rebelo da (1846) — «Introdução», in *O Panorama*, vol. 9, p. 1.
- SILVA, L. A. Rebelo da (1857) — «Introdução», in *Anais das Ciências e Letras*, (também assinada A. P. Lopes de Mendonça), Lisboa, vol. 1, pp. V-VIII.

